



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009819-03.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Anderson Gomes dos Santos**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Anderson Gomes dos Santos ingressou com ação contra Detran Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, pedindo danos morais e matérias.

O requerido não contestou.

É o breve relatório.

**Decido.**

O feito está em condições de ser julgado, sendo desnecessária a dilação probatória (art. 355, I, CPC).

Parcialmente procedente a pretensão deduzida nesta ação.

Infere-se que o requerente adquiriu a motocicleta Honda, CBX 250 Twister, 2008, placa BYV-2649 em leilão realizado no dia 21 de novembro de 2016, com promessa do Departamento Estadual de Trânsito - Detran de que os débitos seriam regularizados em até três meses.

Decorrido o período, o autor não conseguiu realizar a transferência do veículo e ainda recebeu cobrança dos IPVAs de 2015 e 2016, período anterior à aquisição.

Somente em 22 de janeiro de 2018, o autor conseguiu regularizar a documentação e foi orientado a levar a motocicleta para emplacá-la, mas o pagamento da taxa da placa não foi identificado na empresa, impossibilitando seu emplacamento. Neste dia teria pago um carreto de cem reais para levar à motocicleta à emplacadora.

Acrescentou que havia negociado a motocicleta por seis mil reais, mas em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

razão de todos estes problemas desistiu do negócio e se viu obrigado a pagar multa de trezentos reais, prevista em contrato.

Pediu a condenação do requerido ao pagamento de indenização por dano moral e material.

Não foram detalhados na inicial os valores que o requerente busca como indenização por danos morais e danos materiais. Ao que parece, pretende ele a indenização por danos materiais de R\$300,00 referentes à multa avençada com o adquirente da motocicleta, R\$100,00 pelo carreto da motocicleta até a emplacadora, e outros R\$6.000,00 (seis mil reais) pelo desfazimento da venda; mas não atribuiu o valor pretendido pelos danos morais.

O pedido deve ser certo e determinado, não sendo lícito ao juiz deduzi-lo por meio de operações aritméticas

Não há como se supor qual a quantia pretendida pelos danos morais somente pelo valor atribuído à causa, a qual, diga-se, foi atribuído "*para efeitos fiscais e legais*", não sendo lícito ao julgador fazer deduções acerca do pedido, que deve ser certo e determinado.

A partir da vigência do CPC de 2015, é indeclinável que o valor pretendido a título de danos morais seja mensurado na inicial (art. 292, V), motivo pelo qual a petição inicial deve ser indeferida neste aspecto, ante sua inépcia (CPC, art. 330, I e § 1º, II).

Também não se justifica o pedido de indenização de seis mil reais relativos ao desfazimento da negociação da motocicleta. Não ocorreu a perda ou depreciação do bem, o qual continuou a integrar o patrimônio do autor. A indenização pretendida é, sem dúvida, fonte de enriquecimento sem causa, não podendo ser admitida.

Noutro giro, não consta dos autos o recibo de pagamento da multa de trezentos reais pelo desfazimento do negócio ao adquirente da motocicleta (Carlos Alexandre Vizentini). O documento de fl. 16 somente atesta que tal pessoa exigiu o pagamento da multa, não que ela tenha sido efetivamente paga.

No mais, a declaração da Ciretran (fl. 24) confirma o erro no sistema Prodesp, apontando a responsabilidade do órgão público quanto à frustração do transporte da motocicleta à emplacadora no dia 19/02/2018 (fl. 15).

Portanto, somente o gasto em relação ao transporte é que deve ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE ARARAQUARA  
FORO DE ARARAQUARA  
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

ressarcido.

Ante o exposto, indefiro a petição inicial, sem resolução do mérito (art. 485, I, do Código de Processo Civil), com relação ao pedido de danos morais, conforme art. 330, I e § 1º, II do CPC, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação para condenar o requerido ao pagamento da quantia de R\$100,00 (cem reais) decorrente dos custos do transporte da motocicleta do autor até a emplacadora (fl. 15), corrigido desde o pagamento, com juros moratórios a partir da citação.

Atualização monetária pelo índice IPCA-IBGE e juros aplicáveis à caderneta de poupança.

Ante a sucumbência mínima do ente público, condeno o autor no pagamento das custas e despesas processuais.

Sem honorários.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 25 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**